

Difamação, *Fake News* e o Esvaziamento da Política na Execução de Marielle Franco¹

Renata GOMES²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro, BA

RESUMO

O presente trabalho investiga alguns regimes de visibilidade construídos quando da execução da vereadora carioca Marielle Franco, partindo das noções de “política” e “polícia”, como apresentadas por Jacques Rancière, para analisar, de um lado, as operações da “baixa polícia”, cumpridas pela onda de boatos difamatórios e de *fake news* espalhadas pelas redes sociais sobre a vereadora e, de outro, a operação jornalística de esvaziamento da potência política do acontecimento, levada a cabo pela edição de 18 de março de 2018 do programa televisivo Fantástico.

PALAVRAS-CHAVE: Marielle Franco; regimes de visibilidade; Jacques Rancière

INTRODUÇÃO

Na noite de 14 de março de 2018, Marielle Franco, vereadora carioca, negra, lésbica, criada na favela da Maré, foi executada com quatro tiros, no bairro do Estácio, enquanto voltava para casa de um evento no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. O motorista que guiava seu carro, Anderson Gomes, também morreu no atentado, atingido por balas que miravam a vereadora. O evento bárbaro desencadeou uma reação popular de indignação sem precedentes nas redes (TOLEDO; MORAES, 2018), mas também uma onda de boatos difamatórios de grande vulto, assim como um contra-movimento de negação desses boatos, que incluiu, além da movimentação nas redes sociais, uma reação da mídia hegemônica, dentre as quais, 40 minutos do programa televisivo *Fantástico*, todos visando disputar a narrativa sobre a morte da vereadora.

Para analisar essa disputa, este artigo parte das noções de “política” e “polícia” apresentadas por Jacques Rancière, para tentar demonstrar como os “regimes de visibilidade” levados adiante tanto pelos posts difamatórios e pelas *fake news*, como pela abordagem do Fantástico, buscam esvaziar a potência política das reações à morte de Marielle e instituí-las, em níveis diversos, como um regime de “partilha consensual e policial do sensível” (MARQUES, 2014, p. 71).

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas CECULT/UFRB. Email: renatafgomes@gmail.com

Rancière propõe definir política não como “o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (1996, p. 41) – processo que ele propõe nomear como “polícia” – mas como uma atividade antagônica a esta e que “rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela” (1996, p. 42). Para Rancière, portanto, a política é um processo no qual aqueles que anteriormente eram invisíveis em relação a uma determinada ordem instituem sua visibilidade, através da nomeação de um *dano*, “que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão...” (1996, p. 39–40). O dano, contudo, não é a disputa entre as partes, mas, antes, o próprio ato que institui uma parte como falante, que o antecede, uma vez que as “partes não preexistem ao conflito, que elas nomeiam e no qual são contadas como partes. A “discussão” do dano não é uma troca – sequer violenta – entre parceiros constituídos. Ela diz respeito à própria situação de palavra e seus atores” (1996, p. 39–40).

O que constitui, portanto, a natureza política de uma determinada atividade não está dado a priori, mas depende da reconfiguração que a nomeação do dano permite existir em relação àquilo que a lógica “policial” permitia antes. Aquilo que normalmente chamamos de “política” – toda a esfera dos poderes institucionais, dos partidos, dos atores já reconhecidos como tal, independente de sua maior ou menor força real dentro do espaço institucional – é, na verdade, o que Rancière chama de “polícia” e a “política” é justamente aquilo que vai ameaçar a estabilidade da configuração policial: “o que constitui o caráter político de uma ação não é seu objeto ou o lugar onde é exercida, mas unicamente sua forma, a que inscreve a averiguação da igualdade na instituição de um litígio, de uma comunidade que existe apenas pela divisão” (RANCIÈRE, 1996, p. 44). Por sua vez, aquilo que chamamos vulgarmente de polícia – a instituição estatal de monopólio da força – é, para o autor, a “baixa polícia”:

forma particular de uma ordem mais geral que dispõe o sensível, na qual os corpos são distribuídos em comunidade. É a fraqueza e não a força dessa ordem que incha em certos estados a baixa polícia, até encarregá-la do conjunto das funções de polícia. Prova disso, *a contrario*, é a evolução das sociedades ocidentais que faz do policial um elemento de um dispositivo social, em que se entrelaçam o médico, o assistencial e o cultural (RANCIÈRE, 1996, p. 41).

A instituição policial é, portanto, apenas uma instância da partilha policial do sensível, encarregada de manter – muito frequentemente, pela força – a ordem daquilo que já é dado, manter nomeados os que já têm nome e sem nome os que não foram nomeados, manter visível o que já está dado e invisível o que está ali, mas não é visto, porque não foi nomeado. Como veremos adiante, assim como a PM RJ – suspeita principal da execução de Marielle, seja na sua versão “oficial” ou em sua versão “paralela” (as milícias) – é um caso de “baixa polícia” que em tudo guerreia – literalmente, com frequência – para manter a ordem das coisas, alguns expedientes de (in)visibilidade agem como baixa polícia, para manter pela força a invisibilidade de determinados indivíduos e grupos.

Podemos, portanto, entender a atividade política como uma “partilha do sensível”, “o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15). Pensando o âmbito dos discursos públicos, a política não estaria nas intenções dos autores ou na capacidade de suas obras ou textos semióticos de “denunciar” uma determinada realidade de desigualdade, injustiça, opressão etc., mas nos textos em si mesmo ou, pensando com Rancière especificamente o campo das imagens, nas imagens elas mesmas, que devem ser vistas mais do que como gatilhos ou índices para se chegar à política – que se encontraria no “real” externo a elas – pois “não estamos diante das imagens; estamos no meio delas, como elas estão no meio de nós. A questão é de saber como circulamos entre elas, como as fazemos circular” (*apud* (MARQUES, 2014, p. 68). Desta forma, podemos pensar que há, em Rancière,

duas formas de partilha do sensível, que são opostas em seus princípios e interligadas em seu funcionamento, às quais ele dá o nome de polícia e política. A partilha policial do sensível é a ordem que designa os modos de ser e dizer, quem faz isto ou aquilo, que define que esta palavra tenha importância e que a outra nem seja percebida. Ela configura uma ordem que determina um local específico para os sujeitos, limitando-os em seus nomes e funções por enquadrá-los em uma determinada visão fixa do /local de existência e importância deles. (...) A política é uma forma de questionar o consensual, o tido como dado, o inquestionável: ela irrompe diante de olhos acostumados à normalidade (e à normalização) e promove rupturas e transformações nos modos usuais de aparência e circulação de palavras, corpos e imagens (MARQUES, 2014, p. 69–70).

O interesse de Rancière está em enxergar e descrever o político nas imagens, em investigar como a arte pode ser política em sua própria forma de apresentar o mundo, para quem e além dos seus temas “engajados”, das suas “mensagens”, das “denúncias” que possa fazer sobre o “social”. O que me interessa no caso da morte de Marielle,

contudo, é inverter a operação de Rancière e, num cenário de narrativas e contra-narrativas, que atravessam basicamente toda a ecologia midiática e diversas linguagens, enxergar e descrever os regimes de visibilidade que, disfarçados de políticos, constituem de fato partilhas *policiais* do sensível. Estas, pretendo demonstrar, buscam, de um lado, inverter o sentido da morte da vereadora, numa operação que replica, no âmbito dos regimes de visibilidade, a ação violenta da “baixa polícia” e, de outro, domesticar os sentidos políticos da morte de Marielle e trazê-los de volta ao campo controlável dos consensos, nomeando pontualmente resquícios do dano, sem de fato nomeá-lo completamente.

***Fake news* e boatos difamatórios: a “baixa polícia” dos regimes de visibilidade**

Uma vez que as atividades políticas de Marielle envolviam recorrentes denúncias de violência policial contra moradores de favelas e comunidades periféricas da região metropolitana do Rio (LE MOS, 2018), em sua maioria, negros e negras, e levando em consideração o “profissionalismo” demonstrado no atentado (ALESSI, 2018), as suspeitas sobre os executores e/ou mandantes do crime recaíram imediatamente sobre as milícias cariocas, tanto por parte da opinião pública, como de autoridades (“Atuação de milícias é principal hipótese para morte de Marielle, diz Jungmann”, 2018) e de analistas especializados³ (“Fantástico - Edição de 18/03/2018, na íntegra”, 2018). Possivelmente em função disto, assim como da situação de intervenção federal corrente na capital fluminense, do contexto político pós-impeachment e apesar de assassinatos e até mesmo execuções serem recorrentes na cidade e no país, a morte de Marielle gerou engajamento sem precedentes nas redes sociais.

Segundo o FGV DAPP, houve três grande momentos de reação à morte de Marielle nas redes sociais (“Reação a boatos superou difusão de informações contra Marielle no Twitter, aponta FGV DAPP”, 2018): um primeiro momento de reações indignadas e de luto, um segundo, de boataria difamatória e até caluniosa e um terceiro, de reação aos boatos. Segundo pesquisa do Labic/UFES (TOLEDO; MORAES, 2018), a reação à morte da vereadora, nas 42 horas seguintes, impulsionou 3,573 milhões de tuítes, por parte de 400 mil usuários do Twitter em 54 países e 34 idiomas, quebrando o

³ No caso do ex-delegado Fernando Veloso, não houve afirmação tácita dessa suspeita, mas a de quem cometeu a execução *pode* estar ligado às forças policiais ou militares, posto que tem treinamento dessa natureza.

recorde de engajamento “político-digital” previamente estabelecido pelo impeachment de Dilma Rousseff. A reação, segundo Fabio Malini, pelo menos nessas primeiras 42 horas, “diluiu” o viés polarizado que comumente se vê em casos ligados à política no Brasil, “desidratando” os pólos mais claramente à esquerda e à direita e convergindo em torno do próprio perfil da vereadora e tendo como principais nós uma adolescente negra da Baixada Fluminense e a cantora Elza Soares (TOLEDO; MORAES, 2018).

Via Twitter e outras redes sociais, muitos manifestaram indignação, reforçaram a exigência de pronta investigação e, sobretudo, reiteraram a natureza de execução do crime, em lugar de um “mero” assalto – com o uso da hashtag #nãofoiassalto e também com a menção às palavras “negra”, em 74 mil menções (ou 13%); “mulher” (10%, 62 mil) e “assassinada” (10%, 57 mil); “execução” e “executada”, com 57 mil menções cada (ou 9%)” (FGV DAPP, 2018). No entanto, num segundo momento, que em parte se sobrepõe temporalmente ao primeiro, surgiram boatos difamatórios, espalhados através de redes sociais, assim como exemplares do que se vem chamando *fake news*. Uma “matéria” do site Ceticismo Político (2018), a partir de uma coluna de Mônica Bergamo (BERGAMO, 2018a), na Folha de São Paulo, citava post de Facebook da desembargadora Marília Castro Neves, disseminando boatos difamatórios e caluniosos sobre Marielle. A desembargadora dizia que a esquerda, ao se indignar de tal forma com a morte de Marielle, tentava “agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”, pois, segundo ela, a vereadora estava “engajada com bandidos”, havia sido “eleita pelo Comando Vermelho” e, por não ter cumprido “compromissos assumidos com seus apoiadores”, havia sido vítima de uma cobrança de dívida (CETICISMO POLÍTICO, 2018). A coluna de Bergamo noticiou o post da desembargadora de forma objetiva – a notícia era o gesto calunioso da servidora pública, não a possível veracidade do conteúdo do post – notando também a reação de indignação de um grupo de advogados, o qual passou a “fazer campanha nas redes para que Marília Castro Neves seja denunciada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) por ter “ironizado” a morte de Marielle”. O site Ceticismo Político, por sua vez, caracterizou o post difamatório e calunioso da desembargadora como uma “quebra da narrativa do PSOL”, zombando dos advogados de “extrema esquerda” que, em sua denúncia ao CNJ, estariam criminalizando a “ironia” da desembargadora (CETICISMO POLÍTICO, 2018). Contudo, a própria desembargadora depois apagou post e tentou se redimir por ele, alegando ter “se precipitado” (BERGAMO, 2018b).

Até a noite de quinta-feira, mais ou menos 24h após a morte de Marielle e Anderson, a “notícia” do site Ceticismo Político havia sido compartilhada mais de 360 mil vezes – um número alto, mas bem menor do que as reações de indignação sobre a morte de Marielle – tendo contado com a ajuda da divulgação pela página do MBL no Facebook⁴ (CARIELLO; GRILLO, [s.d.]). Em paralelo, começaram a aparecer tuítes e mensagens de WhatsApp, que depois se disseminaram no Facebook, afirmando que Marielle havia se relacionado com “o traficante Marcinho VP”, que seria o pai de sua filha (REVISTA SUBJETIVA, 2018). Uma das formas de disseminação desse boato difamatório foi uma foto (“Marcinho VP e Marielle: a verdade sobre este boato”, 2018), na qual uma mulher bastante diferente de Marielle – posto que branca – está sentada no colo de um homem – também diferente de qualquer um dos dois Marcinhos VPs – com uma legenda que afirma ser aquela uma comprovação da relação dos dois.

A reação às mortes de Marielle e Anderson nas redes sociais consistiu em grande medida na afirmação enfática da natureza de seu assassinato como execução motivada politicamente (ou, nos termos de Rancière, *policialmente*): na tentativa de silenciamento não apenas de alguém cuja mera existência na Câmara dos Vereadores era o índice de um “dano” anteriormente instituído, mas também de esvaziamento de um processo maior de rearranjo do sensível, na medida em que a execução parece querer servir de “recado”: “não tentem nomear os danos ou acabarão como Marielle e Anderson”. Assim, ao reafirmar enfaticamente a morte da vereadora como uma execução, as reações nas redes reconduzem sua atividade – que, no âmbito político institucional, constituía aquilo que Rancière chama de “polícia” – à esfera da política, dando um sentido potente à frase-protesto-homenagem “Marielle presente”: é justamente sua ausência, vítima da violência policial – tanto no sentido maior, quanto, possivelmente, no da “baixa polícia” – o que possibilita sua permanência política como litígio. O trabalho policial de rearranjo do sensível de volta às condições consensuais, contudo, é anterior à execução propriamente dita, na medida em que Marielle e sua atividade eram praticamente desconhecidos fora do Rio de Janeiro e passaram a ser conhecidos de muitos apenas por causa de sua morte. Ou seja, a morte de Marielle instituiu a falta de alguém que boa parte de nós não sabia existir, ampliando sua existência, ainda que, agora, apenas simbólica, donde a natureza política da reação a sua morte.

⁴ Investigação posterior descobriria a ligação entre o MBL e o site Ceticismo Político, a qual até então não era assumida. Com a divulgação da calúnia contra a vereadora, a página do Ceticismo Político foi apagada pelo Facebook.

Pode-se supor que a reação difamatória tenha emergido em face justamente do caráter político da comoção pública em torno da morte de Marielle e, por isso, o primeiro movimento de sequestro da narrativa que se constituía publicamente, nas redes e nas ruas, foi reverter diametralmente seu sentido, tentando transformar a vereadora de alguém que denunciava a violência criminosa da baixa polícia em criminosa ela mesma. Os boatos como o propagado pela desembargadora, elevado ao status (pseudo) jornalístico pelo site Ceticismo Político, e a foto falsa de Marielle compõem uma mesma rede policial, que reage à afirmação do dano, tentando desconstruir sua condição fundante: a morte de Marielle não poderia ser uma execução com finalidade de silenciamento por parte da polícia/milícia, uma vez que ela não era quem de fato dizia ser, mas uma criminosa comum. Replicando os expedientes da baixa polícia, especialmente a brasileira – a truculência, a força, a desfaçatez e a despreocupação sequer com a coerência de seu discurso – a rede de boatos tentou inverter o dano, colocando os perpetradores da violência como suas vítimas. Mais ainda, a rede de boatos tentar cumprir a operação duplamente policial de normalizar a morte de “bandidos”, o fundamento máximo que justifica a violência da baixa polícia por todo o país.

Ironicamente, a operação de uso da foto que alegadamente mostrava Marielle e Marcinho VP, em sua pretensão de índice, reafirma involuntariamente o dano, ou seja, a invisibilidade cuja existência de Marielle como vereadora buscava subverter. Dito de outra forma: a foto de Marielle e VP só pôde ganhar o caráter de índice de uma certa realidade exatamente porque essa realidade é invisível àqueles que acreditam na foto⁵. Nesse sentido, duas pessoas quaisquer podem representar Marielle e Marcinho VP, pois, no caso da primeira, a vaga semelhança do cabelo crespo, com pontas tingidas de um tom alourado – ícone ao mesmo tempo da negritude e da “rebeldia” de Marielle – são suficientes para simbolizar a vereadora e, no caso do segundo, a imagem de um homem qualquer, num cenário “popular”, como a mesa de lata num piso de cimento da foto, é suficiente para representar alguém cujo nome já simboliza a operação policial de responsabilização de todos os males por parte de um único ator – o tráfico de drogas localizado exclusivamente nas favelas cariocas. A foto pode ser “índice” da relação de Marielle e Marcinho VP pois Marielle e Marcinho VP não existem para o espectador

⁵ Certamente, nem todo mundo que disseminou a foto acredita nela – a começar, muito provavelmente, de quem a elevou à categoria de índice da relação de Marielle e Marcinho VP – mas podemos supor que ela não teria “viralizado” se não houvesse quem acredite.

(ideal) da foto, são apenas símbolos de uma “realidade fictícia” pré-existentes, a qual nenhum índice poderia contrariar.

Nesse contexto, a boataria caluniosa contra Marielle cumpre, antes de tudo, o papel policial de criar uma cortina de fumaça sobre as questões de fato relevantes do debate político – ou seja, sobre o *dano* – angariando a atenção de quem se ocupava em reafirmá-lo para agora debater um falso problema. Assim, em vez de manter no foco da discussão, por exemplo, o acompanhamento das investigações – as quais têm o poder de comprovar simbólica e legalmente o dano – as mesmas pessoas que reagiram com indignação à morte passam a gastar sua energia e recursos informacionais para rebater mentiras que deveriam ser auto-evidentes para qualquer um com um mínimo de inteligência e informação. Desta forma, os engajados na nomeação do dano também se tornam, involuntariamente, agentes de uma operação policial: desmentir boatos não reafirma o dano, apenas traz o debate de volta à estaca zero, pois dá conta apenas de negar que Marielle fosse criminosa, mas não de nomeá-la como vítima de criminosos que compõem a força policial – em ambos os sentidos do termo.

A mídia hegemônica desmente as *fakes news*: a partilha consensual do visível

É nesse contexto, o da necessidade jornalística de desmentir os boatos, que vai ao ar a edição de 18 de março do *Fantástico*, a qual dedica seus primeiros quase 40min à morte de Marielle⁶. O programa começa com imagens da vereadora viva, em ação, na Câmara dos Vereadores do Rio e corta dessas imagens para imagens das homenagens à própria Marielle, após sua morte, sendo chorada e celebrada por uma multidão de mulheres. Os âncoras do programa iniciam sua participação ao vivo, no estúdio, afirmando que os brasileiros “não toleram mais a violência, a covardia e a impunidade” de um assassinato que, completam, tem “indícios de execução”. Em seguida, a assessora de Marielle, única sobrevivente do atentado que matou a vereadora e seu motorista, dá uma entrevista. O segmento seguinte narrativiza o crime a partir das imagens das câmeras de segurança usando narração em off e a autoridade do “comentarista de segurança da TV Globo”, o ex-chefe da polícia civil do Rio de Janeiro, Fernando Veloso. O ex-delegado, após analisar as imagens, afirma que “pode haver participação de pessoas ligadas à polícia ou ligadas de alguma forma às forças armadas, não há como afirmar isso”, mas garante que, de toda forma, o atentado foi feito por pessoas “com

⁶ Descrição sintetizada da edição do programa, enfatizando trechos chave para a análise.

treinamento [policial ou militar]”. Ele também afirma se tratar de uma “execução, de um crime que foi planejado com o objetivo específico de executar a vereadora” e acrescenta, “quem está por trás da motivação não puxou o gatilho, quem está por trás da motivação possivelmente nem no local estava, mas deixou rastros de alguma maneira”.

Aos 16min27, inicia-se um segmento sobre Direitos Humanos. Algumas sonoras com transeuntes dão respostas diversas e contraditórias à pergunta e uma integrante da Comissão dos Direitos Humanos do IAB, Margarida Presseburger, oferece uma explicação bastante ampla. Segue-se uma pequena biografia de Marielle. Uma narração em off em tom “pra cima”, sobre belíssimas imagens em alta definição da vereadora (vídeos e fotos), a descreve: “o olhar é de quem já nasceu sabendo que, para ser ouvida, tinha que falar bem alto”. Um vídeo nos mostra Marielle na Câmara de Vereadores: “não serei interrompida, não aturo o ‘interrompimento’ dos vereadores desta casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher *eleita*.” Marcelo Freixo fala de Marielle como uma mulher negra, da favela, que conseguiu chegar à universidade e completa: “é uma pessoa que desafiou todos os limites que a vida no Brasil coloca”. A ativista Roberta Calábria sintetiza: “A Marielle fez uma fissura no sistema, ela tava ocupando um lugar que, historicamente, as mulheres da posição dela não ocupam” e completa: “as mulheres negras, as mulheres da favela, as mulheres lésbicas, as bissexuais encontraram nela um caminho de escuta que jamais existiu na política do Rio de Janeiro”.

A narração nos diz: “Marielle Franco foi da Comissão de Direitos Humanos e também da Defesa das Mulheres, brigou por mais casas de parto no Rio e denunciava a violência policial. Trabalhou incansavelmente: em pouco mais de um ano, apresentou 20 projetos de lei. Atualmente, fazia parte da comissão que fiscalizava as ações da intervenção federal no estado do Rio.” Marcelo Freixo afirma: “quem matou a Marielle achando que ia provocar silêncio cometeu o maior erro da sua vida. A Marielle nunca provocou silêncio, a Marielle faz barulho, sempre fez barulho. A Marielle vai brotar em cada esquina”. O segmento termina mostrando os protestos na Av. Paulista pelo assassinato.

Aos 23min16, inicia-se uma entrevista com a viúva do motorista Anderson Gomes. A entrevistadora, em tom excessivamente sensível, que remete à retórica dos programas de revelação da intimidade de celebridades, pergunta: “Ágata, quem era o Anderson?” e segue-se, a partir daí, a história, narrada por ela e ilustrada por fotos,

áudios e vídeos pessoais, de como os dois se conheceram, de como o motorista estava trabalhando com Uber e, há dois meses, com a vereadora, na tentativa de sustentar a casa. Uma atenção especial é dada ao filho do casal, Artur, um bebê que nasceu com má formação, e à dedicação de Anderson como pai. O segmento termina com o relato emocionado do momento da notícia da morte, dado pela irmã, pela madrinha e pela cunhada e com um relato de “esperança”, no qual a viúva defende a memória do marido e a luta de Marielle. A entrevistadora encerra a entrevista abraçando a viúva.

Aos 28min32, inicia-se o segmento sobre as *fake news*, informando que o PSOL entrou com representação no CNJ contra a desembargadora, por seu post calunioso e que a produção do programa não conseguiu contato com a mesma. Cita também o deputado federal Alberto Fraga e traz uma entrevista com ele, que alega estar arrependido por não ter “checado as fontes” da calúnia que compartilhou. Em seguida, o programa desmente factualmente todos os boatos, sem mencionar o site Ceticismo Político. Informam que Marielle não foi casada com nenhum dos dois Marcinhos VP – dos quais mostra fotos – e dá o nome do pai da filha de Marielle.

A grande reportagem do Fantástico sobre a morte de Marielle tem em seu penúltimo segmento uma entrevista com sua viúva – nomeada assim – Mônica, enfatizando que ela “fez questão de falar” à reportagem. A viúva fala abertamente sobre o casamento de ambas, de como se conheceram, mostra a casa e conta, muito abalada, do momento em que recebeu a notícia da morte, através de uma amiga, que foi até a casa para dar a notícia pessoalmente – expediente que repete a entrevista com a viúva de Anderson. Em seguida, são entrevistados os pais, a irmã e a filha de Marielle. Todos falam da dor, a mãe fala que as calúnias contra a filha são “inadmissíveis” e o pai afirma, “só tinha uma maneira de calar minha filha, é o que eles fizeram com ela, porque se eles não matassem ela, ela ia alçar voos mais altos, ela ia chegar muito mais longe”. A primeira parte do Fantástico, inteiramente dedicada à morte de Marielle, se encerra por volta dos 39min33.

O segmento seguinte, curto e não mais estritamente sobre a morte de Marielle, mas simbolicamente ligado a ela, informa da “liberação de dinheiro para a área de segurança” por parte do governo federal, nomeando diretamente o presidente Temer, deixando claro que parte desse dinheiro irá para a “intervenção federal no Rio de Janeiro”. Em seguida, outro segmento, sobre a violência no Rio de Janeiro, que aborda as vítimas de um “confronto” ocorrido no complexo do Alemão poucos dias após a

morte da vereadora. São mostradas fotos e vídeos das vítimas, inclusive do “pequeno Benjamin”, de dois anos, morto nesse tiroteio. Parentes das vítimas são entrevistados e falam sobre a “violência”, enfatizando que “qualquer um” pode ser a próxima vítima, compondo um “retrato do Rio de Janeiro que ninguém aguenta mais”. O segmento se encerra com os âncoras dando voz à nota da polícia, a qual afirma que os policiais que participaram do “confronto” que gerou as três vítimas agiram em “legítima defesa”. Depois daí, o tema Marielle só volta ao final do programa, com o número musical protagonizado em tom solene pelas cantoras Elza Soares – autora de um dos principais tuítes da reação de indignação perante a morte de Marielle - e Pitty e pela Orquestra Maré do Amanhã, cantando/tocando a música *Juízo Final*.

Considerações finais: movimentos de uma operação entre a política e a polícia

É evidente que a edição do Fantástico de 18 de março foi muito mais justa com Marielle e Anderson do que aquilo que normalmente se espera de uma mídia hegemônica historicamente refratária a qualquer tipo de nomeação do dano. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, estritamente falando, o jornalismo, especialmente um tipo de programa televisivo fortemente baseado nos *fait divers*, como é o caso do Fantástico, costuma estar completamente fora do escopo do que Rancière analisa quando pensa nas possibilidades políticas da partilha do sensível. O jornalismo hegemônico trabalha, por definição, com a partilha policial do sensível, fugindo deliberadamente da ruptura, tanto do ponto de vista da linguagem, quanto do viés de abordagem. Em sua pretensão de trabalhar com a “objetividade jornalística”, o jornalismo faz votos de não buscar outra coisa, senão a partilha consensual do sensível. Sendo assim, faz sequer sentido analisar um programa como o Fantástico do ponto de vista de sua partilha do sensível? Acreditamos que é possível aproveitar o arcabouço construído por Rancière, não para simplesmente comprovar a inexistência de uma partilha política do sensível no jornalismo, mas para tentar enxergar através de quais operações de visibilidade e invisibilidade a edição em questão do Fantástico se aproxima ou se afasta de uma partilha política do sensível.

Olhando as partes do programa dedicadas às referidas mortes, assim como o segmento imediatamente posterior, podemos enxergar alguns grandes “movimentos”: 1) a confirmação do assassinato como uma execução deliberada da vereadora, perpetrada por pessoas “com treinamento” policial/militar, que podem ou não pertencer à polícia

ou às forças armadas; 2) a construção da personagem de Marielle como alguém que ocupou um lugar que não deveria ocupar, que defendia os direitos humanos, especialmente de mulheres negras e da favela e que só iria se calar morta; 3) a humanização de Marielle como mulher lésbica e de Anderson como bom marido; 4) a informação jornalística sem viés sobre direitos humanos e *fake news*; 5) a cobertura factual dos “confrontos” e mortes no Complexo do Alemão; 6) a informação jornalística supostamente sem viés sobre os investimentos federais na segurança pública e na intervenção no Rio de Janeiro. Um mesmo segmento pode ter mais de um movimento em diálogo ou confronto e a ordem dos segmentos cria uma narrativa de confirmação, negação ou esvaziamento dos movimentos entre si.

É inegável que os movimentos 1 e 2 são os que mais se aproximam de uma partilha política do sensível, na medida em que reafirmam a natureza de execução da morte de Marielle, aceitam a possibilidade de que sua autoria esteja ligada às forças policiais e/ou militares e verbalizam, em diversos momentos, a relação entre essa execução e a atuação da vereadora no âmbito dos direitos humanos. Os dois momentos mais importantes desses dois movimentos são a declaração de Marcelo Freixo e a do pai de Marielle. Freixo, ao dizer que “quem matou a Marielle achando que ia provocar silêncio cometeu o maior erro da sua vida (...) A Marielle vai brotar em cada esquina”, trata a vereadora num nível icônico, estendendo a outras sua qualidade da potência da nomeação do dano. Já o pai de Marielle, quando afirma que só a morte calaria sua filha, se concentra na existência material da filha, que efetivamente se encerrou, independente de seu discurso ou sua existência icônica como prova do dano se perpetuar em outras/os. Mesmo afirmando a natureza da morte de Marielle como uma execução, esses movimentos não produzem rupturas suficientes para serem considerados uma partilha efetivamente política do sensível, nos termos de Rancière, pois mantêm-se no nível da “denúncia”, do gatilho para uma política que se situa fora das próprias imagens. Até aí, é a extensão do que se propõe o jornalismo. Contudo, se formos além desses momentos, veremos que até mesmo a natureza de denúncia sofre um certo esvaziamento, quando justaposta a outros movimentos do programa.

A operação de deliberada “humanização” de Marielle e Anderson, através das entrevistas com as respectivas viúva, além dos pais, filha e amigos da primeira, é certamente importante e não deve ser menosprezada. Se nada mais, mostrar Anderson como marido e pai dedicado, mostrar as implicações de sua morte para sua viúva e seu

filho bebê, certamente tem o mérito de, num cenário de ódio e polarização, transformá-lo ao olhar de alguns pelo menos num ser humano digno à vida. Da mesma forma, mostrar Marielle como mãe e filha e mostrar o impacto de sua perda para sua família parece buscar gerar o mesmo efeito. Mais ainda, a forma com que apresentaram sua viúva, Mônica, naturalizando a relação lésbica das duas (mas sem nomear sua homossexualidade com esta ou quaisquer outras palavras), certamente tem sua importância. Contudo, não é possível deixar de notar que esses dois procedimentos, em conteúdo e forma, também esvaziam o caráter dissensual e político da morte, uma vez que arrastam para o campo do privado o foco da questão, levando-o para longe da esfera do comum. Sim, Marielle e Anderson são indivíduos, enxergá-los como seres humanos que têm, se nada mais, direito à vida, é uma forma justa de tratá-los, mas também parece esvaziar o dano que é propriamente nomeado quando enxergamos suas mortes como decorrência do dissenso que produziam no nível da coletividade. A operação de humanização vem ao custo de redução do dissenso à moral familiar, embora isso nunca se dê de forma monolítica.

Outra operação que, se não esvazia a denúncia, tenta normatizá-la, é aquela que gira em torno da apresentação jornalística com pretensões objetivas dos direitos humanos e das *fake news*, sem nenhum nível maior de problematização. O segmento sobre as *fake news*, especialmente, embora cumpra uma função importante, a de desmentir numa plataforma de alcance massivo os boatos contra Marielle, o faz sem nomear todos os responsáveis por essa disseminação, deixando de lado atores importantes, como o site Ceticismo Político e, sobretudo, sua ligação ao MBL. Assim como nos segmentos que humanizam Anderson e Marielle, este também arrasta para o campo do privado a criação e a disseminação dos boatos difamatórios, especialmente quando dão voz ao deputado Fraga, com sua retórica de arrependimento ingênuo. Os interesses de partilha policial do dissenso que iniciam as operações de disseminação de *fake news* ficam intocados na matéria. É irônico ver um agente da manipulação dos fatos como a Globo pregando apreço à verdade, mas a operação tem sentido: é do interesse da mídia hegemônica rebaixar as *fake news* ao nível da “baixa polícia” para, assim, clamar para si o lugar de fonte jornalística de credibilidade. Sem dúvidas, as dinâmicas da manipulação dos fatos pela mídia hegemônica e do fenômeno mais recente das *fake news* são diferentes, mas interessa a esta última tanto recuperar o monopólio da

informação, como combater o concorrente econômico que os sites de *fake news* veem se tornando.

Além dessas duas grandes operações, a que mais esvazia o sentido político da morte de Marielle é a justaposição do segmento posterior à grande reportagem. O segmento em questão adota uma chave de objetividade jornalística, fazendo uso inclusive de uma entrada ao vivo, direto de Brasília, para informar que o governo federal irá liberar “bilhões” de reais para a “área de segurança pública”, na qual está incluída a intervenção federal em curso no Rio de Janeiro. Essa informação é apresentada como se sua relação com a morte de Marielle e Anderson fosse autoevidente, deixando implícito que são medidas em prol da reversão do quadro de “violência” que ocasionou essas mortes. Ora, a operação policial de rearranjo da ordem sensível, da qual faz parte a execução de Marielle, está intimamente ligada à intervenção federal no Rio, contra a qual tanto a vereadora, quanto seu partido como um todo se posicionavam veementemente. É tese corrente nos campos progressistas – e não apenas na esquerda – que a Guerra às Drogas, que motiva a intervenção federal, é uma estratégia ineficiente de combate ao tráfico e que este só existe desta maneira porque tem ligações profundas tanto com as forças policiais e/ou militares, quanto com outras esferas do estado e do poder econômico. Ou seja, este segmento colabora para a manutenção de um consenso diametralmente oposto àquele defendido pela vereadora e também à realidade que proporcionou as reais condições de possibilidade de sua morte num atentado tão bárbaro.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G. **Apontadas como suspeitas pela execução de Marielle, milícias atuam no Rio sem serem incomodadas**. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/politica/1521481656_961928.html>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Atuação de milícias é principal hipótese para morte de Marielle, diz Jungmann. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/04/16/atuacao-de-milicias-e-principal-hipotese-para-morte-de-marielle-diz-jungmann/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BERGAMO, M. **Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é “cadáver comum”**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/03/desembargadora-diz-que-marielle-estava-envolvida-com-bandidos-e-e-cadaver-comum.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2018a.

BERGAMO, M. Desembargadora que acusou Marielle diz na internet que se precipitou.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/03/desembargadora-que-acusou-marielle-diz-na-internet-que-se-precipitou.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2018b.

CARIELLO, G.; GRILLO, M. Como ganhou corpo a onda de “fake news” sobre Marielle Franco - Jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CETICISMO POLÍTICO. Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é “cadáver comum” Ceticismo Político, 16 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.ceticismopolitico.org/desembargadora-quebra-narrativa-do-psol-e-diz-que-marielle-se-envolvia-com-bandidos-e-e-cadaver-comum/>>. Acesso em: 23 abr. 2018

Fantástico - Edição de 18/03/2018, na íntegra. , 18 mar. 2018. Disponível em:

<<https://globoplay.globo.com/v/6589635/>>. Acesso em: 28 abr. 2018

FGV DAPP. Morte de Marielle Franco mobiliza mais de 567 mil menções no Twitter.

Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

LEMOS, M. A última denúncia de Marielle: ativista relata ameaças de PMs de batalhão que mais mata no Rio. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/17/a-ultima-denuncia-de-marielle-ativista-relata-ameacas-e-terror-em-acoes-da-pm-em-acari.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Marcinho VP e Marielle: a verdade sobre este boato. Me Engana que Eu Posto - Veja, 4 set. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/me-engana-que-eu-posto/marcinho-vp-e-marielle-a-verdade-sobre-esse-boato/>>. Acesso em: 28 abr. 2018

MARQUES, Â. C. S. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. **Discursos Fotográficos**, v. 10, n. 17, p. 61–86, 16 dez. 2014.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento.** [s.l.] Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível estético e político.** 1.ed ed. Sao Paulo: Exo experimental org Ed. 34, 2005.

Reação a boatos superou difusão de informações contra Marielle no Twitter, aponta FGV DAPP. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/reacao-boatos-superou-difusao-de-informacoes-contramarielle-no-twitter-aponta-estudo-da-fgv-dapp/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

REVISTA SUBJETIVA. **Ataque à imagem de Marielle Franco revela a lógica das Fake News** Medium, 31 mar. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/revista-subjetiva/ataque-%C3%A0-imagem-de-marielle-franco-revela-a-l%C3%B3gica-das-fake-news-f9c60999f07b>>. Acesso em: 23 abr. 2018

TOLEDO, J. R. DE; MORAES, K. **Marielle bate impeachment no Twitter** Revista Piauí, 17 mar. 2018. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/marielle-bate-impeachment-em-alcance-no-twitter/>>. Acesso em: 23 abr. 2018